

A EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A MERCANTILIZAÇÃO¹

Victor Alves Santos²

Tania Mara Bogue³

Juscineide Aparecida Figueiredo⁴

Gislene Santos Alves⁵

RESUMO

Este resumo objetiva discutir as políticas educacionais implantadas atualmente que tratam a educação brasileira como mercadoria. E como específicos, entender a avaliação feita pelos profissionais da educação em relação a essas propostas no âmbito educacional. Para a concretização desse estudo, utilizamo-nos de uma metodologia de cunho qualitativa e como procedimentos, a pesquisa bibliográfica de autores como Arrais (2016), Mészáros (2005), Freire (1982), entre outros, que contribuem para a discussão das mudanças ocorridas na educação. Percebemos, atualmente, que Estados que estão sendo governados pelo PSDB tem tratado a educação como mercadoria e se interessam somente pelo quantitativo e não com a qualidade da educação, tendo modelos de educação copiados do exterior, e que muitas vezes, não deram certo. Exemplo disso são as Organizações Sociais – OSs, no estado de Goiás. A sua implantação tem sido destrutiva para a educação, uma vez que visa a privatização de serviços públicos essenciais para a construção de uma sociedade mais igualitária e com justiça social. Com essas implementações na educação, o ser humano está sendo negligenciado, uma vez, que se prioriza o ensino público como meio de formação de mão-de-obra e treinamento para o mercado de trabalho. Em qualquer política educacional o profissional que atua na educação precisa ser valorizado como ser humano, uma vez ele se qualificou para exercer a função docente. Para isso, necessita de condições para se dedicar integralmente a uma educação de qualidade aos estudantes. Isso implica dizer que seus direitos não podem ser violados pelo processo de mercantilização. O Estado negligencia seu dever e coloca em dúvida sua capacidade de administrar, já que é obrigação do mesmo, não coloca a educação como prioridade como deveria, tendo em vista que a educação é a base da sociedade. Uma boa escolarização pode mudar as condições de vida, saúde, reduz a violência, entre outros. Por isso, precisa-se repudiar qualquer política que despreze os profissionais da educação que se dedicam à construção de uma sociedade mais igualitária. Este contexto elucidado, nega os direitos conquistados, com muita luta, pela sociedade e, mais especificamente, pelos profissionais da educação ao infringir a dignidade humana e a Constituição Federal.

Palavras-chave: Educação. Mercadoria. Privatização.

¹ Resumo apresentado no II Fórum das Licenciaturas Araguaia, no Eixo Políticas Públicas e Gestão na Educação, realizado pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA).

² Licenciado em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: victor.santosalves@hotmail.com

³ Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: tania.bogue@gmail.com

⁴ Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: fjuscineide@yahoo.com.br

⁵ Graduanda em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Campus Universitário do Araguaia (CUA). E-mail: gislene.alves.dos.santos@gmail.com